



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Ciclos de Estudos (2º e 3º ciclos)
Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e Doutoramento em Direito

1. Especialidade

Ciências Jurídico-Económicas

2. Docente responsável (preencher o nome completo)

Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral / José Renato Gonçalves

3. Nome da Unidade Curricular

Finanças Públicas

4. Tema / matéria a lecionar

As Finanças Públicas no novo contexto inflacionário

5. Resumo sumário (máximo 1000 caracteres)

Tópicos de investigação (a tratar, não exaustivos):

- *Back to basics*: políticas macroeconómicas e o modelo IS-LM (políticas expansionistas e contracionárias; efeitos contra-cíclicos e pró-cíclicos; estabilizadores automáticos e políticas orçamentais discricionárias; eficácia das políticas monetária e orçamental em face de regimes cambiais diferentes – o caso em particular das uniões monetárias);
- Da ‘Grande Moderação’ ao ‘Retorno da inflação’: evolução dos papéis das políticas orçamental e monetária; evolução da situação das finanças públicas (exs. de países desenvolvidos e emergentes); em especial, a situação entre a última grande crise financeira e a pandemia da COVID-19: alterações paradigmáticas nas políticas monetária (e.g. ‘quantitative easing’) e orçamental (e.g. nova geração de regras orçamentais); caracterização do atual choque inflacionário e impacto sobre o desenho das políticas orçamentais e monetárias (ilustrações em várias regiões do mundo);
- Coordenação e interação entre política orçamental e monetária: a política monetária como ‘quase’ política orçamental: do ‘quantitative easing’ ao ‘quantitative tightening’; aperto monetário, efeito sobre o balanço dos bancos centrais e o papel de suporte da política orçamental;
- Normalização da política monetária num mundo pós-pandémico altamente endividado: aumento das taxas de juro e dos custos de financiamento e o impacto em particular sobre a dívida pública (nos países desenvolvidos e emergentes); política monetária restritiva e o risco de recessão: o papel do Estado para atenuar/contornar esse risco nos planos económico e social – opções do lado da despesa (*maxime* despesa social) e da receita (sobretudo a nível da receita fiscal);
- Emissão e gestão da dívida pública no atual quadro inflacionista: opções quanto à natureza dos títulos, maturidade, substituição de dívida; dívida pública e risco de incumprimento;
- Controlo da dívida pública e o (novo) desenho das regras orçamentais (‘fiscal rules’): em especial, o caso da União Europeia – a reforma em curso do modelo de governação económica e orçamental;
- Finanças Públicas e novas pressões de despesa: transição energética e climática e custos de envelhecimento; digitalização, Inteligência Artificial e impacto sobre as Finanças Públicas;
- Avaliação de impactos, instrumentos de revisão da despesa, ganhos de eficiência na gestão pública: novas técnicas de orçamentação pública e de gestão (e.g. a ‘orçamentação verde’ e ‘contabilidade verde’); controlo financeiro e monitorização da política orçamental: o papel das instituições.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Abordagem de natureza interdisciplinar (cruzando a economia, o direito e a ciência política); análise numa perspetiva nacional ou internacional.

A Bibliografia e outros elementos de estudo serão fornecidos através da plataforma Moodle, cuja palavra-passe será facultada aos alunos no primeiro dia de aulas.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA